

## **Guia prático de direitos e assistências para usuários do SUS: um instrumento de apoio para grupos em situação de vulnerabilidade**

Igor da Silva Diz<sup>1</sup>; 0009-0009-9915-7377

Ana Laura Oliveira de Almeida<sup>2</sup>; 0009-0007-4174-6932

Bianca Mattos de Azevedo Nascimento<sup>3</sup>; 0009-0007-8274-567X

Rosilea Chain Hartung Habibe<sup>4</sup>; 0000-0002-9393-8887

Kamila de Oliveira do Nascimento<sup>5</sup>; 0000-0001-8360-4827

- 1 – Discente do PET-Saúde Equidade - Grupo Formação de VR – Curso de Nutrição. UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ. [igordiz7@hotmail.com](mailto:igordiz7@hotmail.com)
- 2 – Discente do PET-Saúde Equidade - Grupo Formação de VR – Curso de Odontologia. UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
- 3 – Discente do PET-Saúde Equidade - Grupo Formação de VR – Curso de Medicina. UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
- 4 – Coordenador do PET-Saúde Equidade - Grupo Formação de VR – Coordenadora do Curso de Odontologia. UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
- 5 – Tutora do PET-Saúde Equidade - Grupo Formação de VR – Docente do Curso de Nutrição. UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.

**Resumo:** O acesso à informação sobre direitos e assistências no Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental para garantir a equidade e inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade. Este trabalho teve como objetivo apresentar o guia prático de direitos e assistências para usuários do SUS como um instrumento de apoio para grupos em situação de vulnerabilidade. A metodologia envolveu revisão bibliográfica, análise de legislações e consulta a profissionais da saúde e assistência social. A pesquisa documental, realizada em bases de dados como *SciELO* e *Google Acadêmico*, priorizou publicações dos últimos 9 anos, incluindo também referências fundacionais da área da saúde, como marcos regulatórios e metodológicos. O guia visa auxiliar os usuários do SUS a conhecerem seus direitos e acessarem os serviços disponíveis, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida. Conclui-se que o guia desenvolvido é um instrumento valioso para a democratização do acesso à informação e o fortalecimento da cidadania, incentivando um impacto mais equitativo e inclusivo no sistema de saúde.

**Palavras-chave:** Sistema Único de Saúde. Grupos vulneráveis. Acesso à informação. Inclusão social.

## INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é um fenômeno complexo, entendido como uma produção social das desigualdades que expõe certos grupos a maiores riscos e danos (Carmo et al., 2018). A atuação de instituições como a Defensoria Pública da União (DPU) evidencia a luta pela garantia de direitos de populações como: pessoas em situação de rua; crianças e adolescentes; pessoas idosas; a população LGBTQIA+; povos indígenas e comunidades quilombolas; pessoas com deficiência; e imigrantes e refugiados (DPU, 2023). A condição de vulnerabilidade destes grupos frequentemente resulta na violação de seus direitos básicos e impõe múltiplas barreiras que comprometem sua dignidade humana (Nascimento et al., 2024).

Estudos recentes sobre a atenção primária no Brasil confirmam a persistência de um conjunto de barreiras significativas que dificultam o acesso de diversos grupos populacionais aos serviços de saúde, com destaque para as barreiras informacionais (Silva et al., 2024). Essa dificuldade surge de um desafio duplo: por um lado, a falta de informações centralizadas e comunicadas de forma verdadeiramente acessível por parte do sistema; por outro, o baixo letramento em saúde prevalente em populações vulneráveis, que dificulta a busca e a compreensão dos dados disponíveis (Ribas et al., 2021).

Diante deste cenário, o desenvolvimento de tecnologias educacionais, como guias práticos, torna-se uma estratégia imperativa para mitigar as barreiras informacionais que aprofundam a vulnerabilidade social e, conseqüentemente, promover o empoderamento dos usuários no SUS (Ramos et al., 2024).

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar o guia prático de direitos e assistências para usuários do SUS como um instrumento de apoio para grupos em situação de vulnerabilidade.

## MÉTODOS

Trata-se de um estudo metodológico que apresenta a construção de um guia prático para usuários do SUS, na região Sul Fluminense. A construção do material baseou-se em uma revisão bibliográfica narrativa, que incluiu a análise de artigos científicos, documentos oficiais e capítulos de livros. As buscas por artigos foram realizadas em bases de dados como *Scielo*



4º Congresso Brasileiro  
de Ciência e Saberes  
Multidisciplinares  
**tudo é  
ciência**  
11º Encontro de Extensão  
Universitária do UNIFOA

**23 a 25  
de outubro**

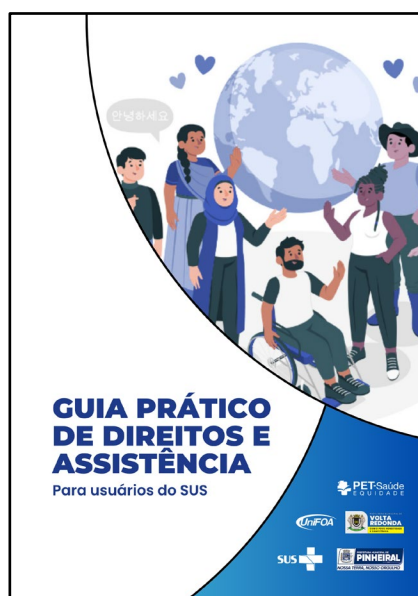
Submissões abertas até 07/09

e *Google Acadêmico*, usando descritores como "Sistema Único de Saúde", "Grupos vulneráveis", "Acesso à informação" e "Inclusão social", entre outros, de 2016 a 2025.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo resultou na elaboração do "Guia Prático de Direitos e Assistências para Usuários do SUS", um material informativo desenvolvido pelos integrantes do PET-Saúde Equidade, apresentado na figura 1.

Figura 1 - Guia Prático de Direitos e Assistências para Usuários do SUS.



Fonte: (Autores, 2025)

A proposta principal deste guia é ampliar o acesso rápido e simplificado à informação e promover a inclusão social dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Com uma abordagem que se alinha ao conceito de educomunicação em saúde, que propõe o uso de ferramentas de comunicação para criar um ecossistema informativo mais democrático, onde os próprios indivíduos são empoderados para se tornarem promotores de sua saúde (Viana et al., 2024).

Para tanto, o material compila informações cruciais sobre diversos aspectos, incluindo: os serviços de saúde disponíveis no SUS, um panorama das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), canais de denúncia para violações de direitos, legislação específica, contatos de emergência e uma abrangente rede de apoio na região Sul Fluminense.

Ao consolidar tais dados, o guia contribui diretamente no fortalecimento do letramento em saúde da população, capacitando os indivíduos a compreenderem seus direitos e a acessarem os serviços de forma mais efetiva. A literatura científica aponta que o fortalecimento do letramento em saúde é um componente fundamental para a redução das desigualdades e, conseqüentemente, para a promoção da equidade em saúde (Ribas et al., 2021).

A relevância da inclusão das PICS no guia reside em sua capacidade de oferecer abordagens que promovem uma visão ampliada do processo saúde-doença. Essa perspectiva é oficialmente respaldada pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que as institui no SUS como ferramentas que buscam a promoção global do cuidado, a integração do ser humano com o meio e o estímulo aos mecanismos naturais de recuperação da saúde (Brasil, 2006).

Além da validação institucional, autores como Júnior (2016) destacam que as PICS representam um movimento de afirmação de uma identidade de cuidado oposta ao modelo puramente tecnológico e fragmentado, valorizando a totalidade do ser humano. Dessa forma, ao incluir as PICS, o guia não apenas informa sobre serviços convencionais, mas também amplia o leque de opções de cuidado, reforçando a importância de uma visão integrada e humanizada da saúde.

A compreensão dos impactos da lacuna informacional foi aprofundada pelo estudo de Flores; Barros (2024) que analisa a experiência de mães ouvintes de filhos surdos. A pesquisa demonstra como o '(não) acesso às informações sobre a Libras e o universo surdo nos coloca, as mães e os filhos, em um lugar de marginalização e esquecimento'. Essa barreira informacional, muitas vezes iniciada pela falta de orientação abrangente no momento do

diagnóstico, acentua a vulnerabilidade social e dificulta o acesso a serviços essenciais de saúde, educação e cultura, limitando o desenvolvimento da criança e a inclusão da família.

A incorporação dessa perspectiva no guia permitiu uma compreensão mais rica dos desafios enfrentados por grupos específicos e sublinhou a necessidade de ferramentas práticas para mitigar tais dificuldades.

A capacidade do guia de atuar na redução do isolamento social é um de seus impactos mais significativos. A literatura aponta que a rede de apoio de famílias com crianças no espectro autista é frequentemente 'restrita e fragilizada', o que gera um sentimento de desamparo e solidão (Loos et al., 2023). Para superar essa barreira, o apoio informacional torna-se uma ferramenta crucial. Estudos demonstram que, ao trocar informações e experiências, as famílias percebem que 'não estão sozinhas', fortalecendo o sentimento de pertencimento (Weissheimer et al., 2021).

Nesse sentido, ao centralizar e facilitar o acesso a informações sobre direitos, serviços e redes de apoio, o guia atua precisamente sobre essa lacuna, combatendo o isolamento ao fortalecer a rede social dessas famílias. Portanto, este estudo avança ao demonstrar a viabilidade e a importância de integrar informações sobre práticas de cuidado e direitos específicos, incluindo as PICS, em um guia de apoio para grupos em situação de vulnerabilidade, destacando seu impacto positivo no bem-estar comunitário.

Por conseguinte, o material desenvolvido vai além da simples disponibilização de informações, promovendo ativamente a cidadania ao orientar sobre os direitos e os tipos de assistência aos quais os grupos vulneráveis têm acesso.

Essa prática se alinha a uma perspectiva de educação como ferramenta de transformação social, na qual o conhecimento permite que indivíduos e comunidades lutem por uma sociedade mais justa, onde todos tenham voz no âmbito social e no acesso equitativo ao sistema de saúde (Freire, 2019).

## **CONCLUSÕES**

A elaboração do "Guia Prático de Direitos e Assistências para Usuários do SUS" representa um avanço significativo na promoção do acesso à informação e no fortalecimento da

cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade na região Sul Fluminense. Este material, ao compilar de forma clara e acessível informações essenciais sobre serviços de saúde, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, canais de denúncia para violações de direitos, legislação pertinente e redes de apoio locais, preenche uma lacuna crucial ao contribuir com os usuários a compreenderem seus direitos e acessarem os recursos disponíveis no sistema de saúde.

Conclui-se que o guia é um instrumento valioso para a democratização do conhecimento e o combate à desinformação, fatores que agravam a vulnerabilidade social e comprometem o bem-estar dos indivíduos. Ao promover a autonomia dos usuários e facilitar seu engajamento ativo no SUS, o material contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva, onde o direito à saúde e à dignidade seja plenamente garantido a todos.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao PET-Saúde Equidade, aos alunos e professores do UniFOA, ao coordenador do Centro de Cidadania LGBT, aos colaboradores da Secretaria Municipal de Saúde e às instituições parceiras que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mai. 2006.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, e00101417, 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). **Informe Defensorial: Situação dos Direitos Humanos no Brasil 2023**. Brasília, DF: DPU, 2023.

FLORES, V. M.; BARROS, T. Ser mãe ouvinte de filho surdo: vulnerabilidade e o (não) acesso às informações. In: BRAGA, N. O.; et al. (Orgs.). **Gênero e interseccionalidades**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2024. p. 444-462.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

JÚNIOR, E. T. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016.

LOOS, C. A.; et al. Rede de apoio às famílias de crianças com transtorno do espectro autista. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 22, e65788, 2023.

NASCIMENTO, D. F. B. do; et al. Cuidado a pessoas em vulnerabilidade social. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 11, e17679, 2024.

RAMOS, R. S.; et al. Tecnologia educacional para empoderamento do paciente como partícipe do seu cuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, n. 6, e20230359, 2024.

RIBAS, K. H.; ARAÚJO, A. H. I. M. de. A importância do Letramento em Saúde na Atenção Primária: revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, e493101624063, 2021.

SILVA, L. H. L.; et al. Barreiras de acesso à saúde na atenção primária: entre o enfrentamento e a superação. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano 7, v. 7, n. 14, 2024.

VIANA, C. E.; LEITE, J. G. C. A educação em saúde: a educomunicação como tecnologia de mobilização social. **Revista Mediação**, 2024.

WEISSHEIMER, G.; et al. Apoio informacional às famílias de crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, e20200076, 2021.